

Família Contemporânea: Estudo de Casais Sem Filhos por Opção

Carolina Caetano¹

Maristela Santini Martins²

Romilda Costa Motta³

Resumo

A autonomia reprodutiva feminina levou o Brasil a uma transição demográfica acentuada, apresentando rápida progressão de casais sem filhos. Profissionais das diversas áreas clínicas necessitarão desenvolver, cada vez mais, além de empatia, habilidades e competências para lidar com os novos quadros e sujeitos sociais que optam por abrir mão de projetos que envolvem filiação e descendência. Este estudo buscou compreender os motivos que levam casais heterossexuais a optarem por não ter filhos e identificar intercorrências preconceituosas. O Método utilizado foi o qualitativo exploratório e foram realizadas entrevistas com cinco casais na cidade de São Paulo, com amostra escolhida por bola de neve. Os resultados permitiram concluir que se trata de uma escolha complexa e marcada pela consensualidade; motivada por objetivos diversos, que passam pelo desejo de liberdade para a realização de projetos pessoais e profissionais, assim como o fato de que estas famílias contemporâneas enfrentam formas de preconceitos e estigmatização sociais.

Palavras-chave: não-maternidade; características da família; estigma social.

Contemporary Family: Study of Couples Without Children by Option

Abstract

The female reproductive autonomy led Brazil to a marked demographic transition, with rapid progression of couples without children. Professionals in various clinical areas need to develop increasingly and empathy, skills and expertise to deal with the new staff and social subjects who choose to forgot projects involving membership and descent. This study sought to understand the reasons that heterosexual couples choose not to have children and to identify prejudiced complications. The method used was the qualitative exploratory interviews were conducted with five couples in the city of São Paulo, with sample chosen by snowball method. The results showed that it is a complex choice and marked by consensuality; motivated by several goals, which includes the desire for freedom to conduct personal and professional projects, as well as the fact that these families face contemporary forms of social prejudice and stigmatization.

Keywords: non-motherhood; family characteristics; social stigmas.

¹Acadêmica na área de Enfermagem no Centro Universitário Adventista de São Paulo (UNASP-SP).

²Doutora em Enfermagem pela Universidade de São Paulo e docente no curso de Enfermagem no Centro Universitário Adventista de São Paulo (UNASP-SP).

³Doutora em História Social pela Universidade de São Paulo e docente no curso de Enfermagem no Centro Universitário Adventista de São Paulo (UNASP-SP).

Introdução

O período pós-industrialização trouxe, em seu bojo, marcas e impactos da modernidade, afetando múltiplas modalidades da vida humana – relações de trabalho, homem-natureza, estrutura familiar, entre outras. As transformações advindas engendraram mudanças nos núcleos familiares que até então caracterizavam-se, majoritariamente, pela heteronormatividade, vida rural, núcleos familiares grandes nos quais diversos membros da família e agregados participavam dos cuidados domésticos e das crianças. Desde que se iniciaram a especialização e a difusão do sistema industrial, homens - a princípio - foram levados para longe das famílias, impondo sobre as mulheres, a responsabilidade dos cuidados domésticos e familiares.

Ainda que a ênfase do estudo tenha sido casais que optaram pela não maternidade/paternidade, entende-se necessário tomar espaço, neste texto, para uma reflexão maior acerca do quanto o processo de modernização afetou relações familiares, mas, especialmente, às mulheres, na histórica relação direta com a maternidade. Justifica-se porque, no momento da análise, verificar-se-á que são a parte do casal que enfrenta maior preconceito por parte da sociedade, devido às normas sociais estabelecidas.

Durante muito tempo, à mulher, coube o papel de mãe e esposa, sendo-lhe dificultadas outras possibilidades de vida, como a busca de uma carreira profissional, oportunidade de estudo, divisão de tarefas e cuidados da casa e dos filhos com seus companheiros (Rocha-Coutinho, 2009, p.49).

Em continuidade ao processo acelerado de industrialização e urbanização, houve mudanças visíveis na vida familiar. Entre os desdobramentos, o ingresso da força de trabalho feminina no mercado de trabalho, em razão da necessidade de se complementar a renda familiar. No momento em que, muitas delas, oriundas de famílias operárias, começaram a associar trabalho fora do lar e maternidade, instaurou-se a lógica da dupla responsabilidade, consolidada ao longo do século XX (Abramo & Paiva, 1998, p.45).

Ao verem-se ocupando funções anteriormente restritas aos homens, setores do segmento feminino iniciaram movimentos políticos relacionados à busca por direitos iguais nos âmbitos sociais, políticos, econômicos e sexuais que, aos poucos, foram lhes garantindo maior autonomia e fortalecimento da cidadania (Tardin, Barbosa & Leal, 2015).

Nessa busca por autonomia e realização profissional, a relação mulher-maternidade passou a ser o foco de debates e lutas políticas. Correntes teóricas do feminismo radical passaram a considerar a maternidade como o eixo central da “opressão das mulheres”, já que a condição de mãe delimitava o lugar delas na família e sociedade. Nos Estados Unidos, uma vertente mais radical condicionava a libertação da mulher à chegada da reprodução artificial, onde não seria necessário o corpo feminino para gerar vida (Firestone, 1976, p.116).

A partir dos anos 1960/70, fortaleceu-se o movimento por busca pela liberdade reprodutiva, interpretado e proposto como caminho para alcançar a almejada igualdade de gênero. Dentro dessa filosofia destaca-se Simone de Beauvoir, a mais expressiva expoente intelectual francesa. Em sua obra clássica, *O Segundo Sexo* (1949), Beauvoir explorou a alienação e a subalternidade das

mulheres. Ao expor a questão, contestou o “destino biológico” da mulher, questionou a responsabilidade exclusiva das mulheres mães pela criação dos filhos e, também, o mito do amor “instintivo”, deixando claro que a mulher é um ser humano dotado de diversos sentimentos, como a frustração e indignação, que muitas vezes não estão ligados à sua chamada “função específica e natural” (Fleig, 2009).

O advento da pílula anticoncepcional produziu a nomeada “revolução sexual”, difundindo novos padrões de comportamentos relacionados à sexualidade, já que tornou possível dissociar prazer e procriação. Muitas mulheres acessaram a possibilidade de escolher com maior segurança a realização da maternidade (Scavone, 2001). Além do crescimento de novas tecnologias reprodutivas (contraceptivas e conceptivas), no fim dos anos sessenta, sobretudo, ao longo da década de 1970, iniciou-se um processo de melhorias na remuneração, acesso à educação.

Segundo Patias e Buais (2012) são perceptíveis e significativas as alterações nas relações familiares, devido às posições sociais de esfera pública, ocupadas por mulheres. É preciso considerar que, desde então, o trânsito perceptível de mulheres entre as duas esferas – a pública e a privada – trouxe impactos consideráveis sobre a configuração das famílias, especialmente sobre o número e/ou ausência de filhos na união.

Ao fazer-se menção às atividades para além do espaço doméstico torna-se necessário ressaltar dois aspectos ligados à temática. O primeiro trata de demarcar que, embora se faça uso das expressões “público” e “privado/doméstico”, não se trata de compartilhar da concepção que toma os dois campos como separados, pois se entende que formam um todo. No entanto, também não se ignora a existência de um sistema de representações criado pelas diversas sociedades, ao longo da história, em relação à divisão social do trabalho, que estabeleceu diferentes atribuições de atividades para cada gênero, determinando o lugar da mulher no lar, executando tarefas domésticas.

Ignorar tal realidade seria, como salienta Marina Maluf, “desconsiderar formas concretas e ideológicas de organização social e cultural que opõem tarefas, responsabilidades e identidades de homens e mulheres que são classificadas e hierarquizadas como fazendo parte das orientações dos âmbitos extra domésticos” (1995, p.198). Esse fato não impede que se considere que as fronteiras estabelecidas e desenhadas em cada espaço e tempo histórico, para cada gênero, podem e foram questionadas e redesenhadas ao longo da história.

À medida que as transformações se configuravam, elas passavam a conquistar maior autonomia e poder de questionamento sobre a submissão e a hierarquia dos papéis que lhe eram até então impostos (Secco & Lucas, 2015). Em lugar de reduzidas ao papel de esposa ou de mãe, a mulher foi se individualizando (Roudinesco, 2003). Paulatinamente, alterava-se o olhar dirigido a ela e às crianças, no seio da família, dando espaço a um agenciamento inédito das relações de aliança.

Especialmente após os anos 1960, visíveis transformações no padrão demográfico vêm se acentuando, em decorrência de quedas expressivas na fecundidade.

Na sociedade contemporânea observa-se o número crescente da população que opta por não ter filhos. Essa é uma das transformações na família, no casamento, conceitos de maternidade,

paternidade, relações de gênero, conceitos historicamente determinados e que estão em constantes reformulações.

Em consonância com alguns países europeus, o Brasil vem vivenciando uma transição demográfica. Entre 2002 e 2012, reduziram os arranjos familiares constituídos por casal com filhos (52,7% para 45%). Em dez anos, o indicador recuou 18,6%, chegando a 1,74 filho por mulher em 2014. Com a redução, ganha importância o número de casais sem filhos. Os números apresentados na Síntese de Indicadores Sociais do IBGE de 2015 apontam um avanço de 14% para 19,9%, em 2014. No ano anterior o arranjo familiar formado por casal sem filho estava em 19,4% e dez anos antes, em 14,7% (IBGE, 2015).

A partir do que foi dito até aqui, sublinha-se que a presente análise objetivou compreender as motivações contemporâneas que levam casais heterossexuais a optar por não ter filhos e identificar intercorrências preconceituosas dentro e fora do âmbito familiar que, segundo Mira (2014), é um assunto amplamente relevante e abordado na literatura europeia e americana, porém, em relação ao Brasil, permanece um tema sub explorado, e para o qual se verifica escassez de publicações.

Antes, porém, de tratar dos resultados obtidos, vê-se necessidade de discutir o conceito acerca de casais “voluntariamente” e “involuntariamente” sem filhos. Há consonância entre autores quanto às dificuldades em separar as duas categorias, pois entendem que a conceitualização do fenômeno é mais complexa do que se pode imaginar, à primeira vista. A segunda opção geralmente não gera discordâncias, pois é entendido como aqueles que não puderam tê-los, em virtude de dificuldades biológicas.

Carmichael e Whittaker (2007) (InSilva & Frizo, 2014) lembram que, mesmo os “voluntariamente” podem sê-lo, tanto por escolhas quanto por circunstâncias (compromissos profissionais, decisão do parceiro). Por isso, ressaltam que os estudos deveriam propor perspectivas individualizadas. Ou seja, considerar situações nas quais para um dos parceiros é escolha, enquanto para outro é uma circunstância decorrente da escolha tomada pelo companheiro.

McAllister e Clarke (1998) (InSilva & Frizo, 2014) também questionam a dicotomia presente nos conceitos, destacando que há pessoas que, desde a adolescência já afirmavam não ter o desejo de ter filhos. Por sua vez, outros amadureceram a ideia em momento posterior. Também, aqueles (as) que assumiram a decisão diante de situações como idade ou acontecimentos ao longo da vida e, ainda, os ambivalentes, que são os que nunca finalizaram uma decisão a esse respeito.

Procedimentos metodológicos

A metodologia utilizada nesta pesquisa foi aqualitativa exploratória com a finalidade de ampliar o conhecimento sobre as vivências e experiências dos entrevistados (Barbour, 2009, p.13). O estudo foi realizado no Município de São Paulo, capital do Estado de São Paulo e tal escolha deu-se mediante o crescimento no número de mulheres trabalhadoras com idade economicamente ativa na região metropolitana, que passou de 55,4% em 2011 para 56,1% no ano de 2013 (PED, 2013).

Participaram da pesquisa cinco casais heterossexuais que optaram por não ter filhos e que estivessem casados ou vivendo juntos há no mínimo três anos. Estabeleceu-se este período considerando o tempo apresentado pela jurisprudência como união estável, embora o código civil brasileiro não estabeleça um tempo mínimo (BRASIL, 2002).

O critério de definição pelo número de cinco casais, totalizando dez indivíduos, está em assonância com o estudo realizado por Turato (2005) que considera, para este modelo de pesquisa, o ideal de seis a 15 entrevistados.

Relacionado à idade, estabeleceu-se um limite entre 35 e 50 anos, tanto para os homens como para as mulheres, a fim de manter uma amostra com o menor grau destoante possível. Tal opção deu-se pela argumentação de que o desejo do casal por não ter filhos pode ser um fator mutável mediante o tempo. O limite etário de 50 anos para as mulheres foi devido a sua proximidade com a impossibilidade biológica da maternidade mediante o evento da menopausa, sem deixar de considerar a possibilidade da reprodução assistida que só é permitida, segundo Resolução do Conselho Federal de Medicina (CFM, 2011), até os 50 anos de idade.

Como critérios de exclusão, estabeleceram-se: casais sem filhos em decorrência de impossibilidade fisiológica, os que estão adiando, porém desejam ter filhos futuramente e também casais em que pelo menos um membro do casal possui filhos de outros relacionamentos.

A escolha dos participantes se deu mediante o método de “bola de neve” que se trata de uma ferramenta de êxito para pesquisas em comunidades (Dewes, 2013). Como instrumento de pesquisa optou-se por um questionário sócio demográfico para caracterizar a amostra, juntamente com entrevista semidirigida, que é apontada como instrumento por excelência da metodologia adotada. Nesta, os seguintes questionamentos: “quem do casal optou por não ter filhos?”; “Tal escolha foi consensual?”; “quais fatores levaram a tal decisão?”; “qual foi a reação familiar ao saber de tal decisão? ”; “já sofreram alguma forma de preconceito devido à opção em não ter filhos? ”.

O primeiro contato foi realizado mediante ligação telefônica e, após a aceitação em participar da pesquisa e confirmada a correspondência aos critérios propostos, foi agendado o encontro para a coleta dos dados, que ocorreu na residência do casal.

Antes de iniciada a coleta, os sujeitos foram esclarecidos quanto à finalidade e instrumentos da pesquisa. O Termo de Consentimento Livre e Esclarecido foi lido e assinado pelas pesquisadoras e participantes, ficando uma via para cada indivíduo.

O preenchimento do questionário sócio demográfico foi realizado individualmente e, em seguida, com o casal junto, ocorreu a gravação em áudio da entrevista, que durou aproximadamente uma hora.

Para a análise dos dados foi realizada a transcrição dos discursos e todo o material foi ordenado e analisado, conforme o modelo proposto por Bardin (2010, p.103), que constrói categorias de análise emergentes, seguindo critérios de relevância e repetição.

Para preservar a identidade dos sujeitos que se dispuseram, voluntariamente, a participar do estudo, optou-se por citá-los por números: “Casal 1”, “Casal 2”... “ele” e “ela”. Nas falas nas quais os nomes são citados, foram registrados nomes fictícios.

Resultados e discussão

1.1 Motivações para a experiência da não maternidade/paternidade

Partindo desta análise objetivou-se compreender as motivações contemporâneas que levam casais heterossexuais a optar por não ter filhos e identificar intercorrências preconceituosas dentro e fora do âmbito familiar.

Concernente às motivações que levam casais a optarem por não ter filhos, a pesquisa instou aos pesquisados para que se posicionassem acerca de uma ordem de valores, nos quais apareciam: bens materiais, segurança, liberdade, *status*, amor, família, poder, religião, solidariedade e lazer. Entre os mais marcados apareceram amor, família, liberdade, segurança e lazer. Por sua vez, os cinco menos escolhidos estiveram, consecutivamente, solidariedade, religião, bens materiais, *status* e poder.

Chama a atenção o fato de que “família” só esteve atrás de “amor”, na ordem de valores da maior parte dos casais, reforçando, de forma muito clara, que continua sendo importante, porém, evidencia as novas visões e configurações deste conceito, no contexto da contemporaneidade.

O desejo de proporcionar um ambiente idealizado para a chegada de um filho se mostrou como um fator de adiamento ou apostasia: *Casal 5* – Ele: “(se for pra ser pai, quero ser o melhor do mundo e para isso preciso de dinheiro para comprar uma casa maior, pagar escola, plano de saúde, essas coisas porque criança gasta muito! (risos)”. Preocupações relacionadas ao bem-estar da criança, especialmente envolvendo tempo e estabilidade financeira foram bastante recorrentes nas falas dos casais entrevistados.

Nas justificativas apresentadas para a rejeição à paternidade e à maternidade, um dos fatores mais recorrentes na fala dos entrevistados foram seus projetos de vida, que envolvem necessidade de investimento de tempo e dinheiro em maior escolaridade e a cobrança do mercado de trabalho, que se apresenta cada ano mais competitivo.

Borges (2013); Lewandowski Piccinini (2006) e Santos (2015) concordam que a perspectiva de proporcionar melhor suporte aos filhos (alimentação, saúde, escolaridade, lazer e outros) por meio de uma renda maior é um forte influenciador para a constituição familiar tardia, menos numerosa e até mesmo sem filhos para casais contemporâneos, que passam a adiar o momento da maternidade/paternidade ou abdicar o aumento da família. Outro fator apontado como de decisão é o problema de se criar filhos em uma grande metrópole. *Casal 2* - ELE: “São Paulo está horrível para ter filho! Muita desgraça, muita gente ruim”. *Casal 5* – ELA: “ainda mais aqui em São Paulo que parece que tudo leva para a maldade”.

As respostas encontradas, a partir das entrevistas, referentes às motivações das “famílias contemporâneas” para a recusa da experiência em questão estão de acordo com as conclusões de Carmichael e Whittaker (2007) (InSilva & Frizo, 2014) que elencam: a) manutenção do estilo de vida atual, marcado pela liberdade; b) a rejeição do papel materno; c) percepção de egoísmo, d) falta de desejo, e) manutenção da qualidade conjugal. Os argumentos apresentados também indicaram que

os casais entrevistados veem a existência de um filho como fator impossibilitante para viagens, lazer e tranquilidade no lar, apontados, por muitos deles, como prioridades. O fator “estilo de vida”, marcado pela liberdade e independência foi bastante recorrente, nas falas dos entrevistados.

No estudo de Andrade, Martins, Ângelo, Santos e Martini (2014) com relatos de casais com filhos também aparece, entre as grandes preocupações a falta de horas de sono e cansaço, aumento das tarefas domésticas, *stress* individual com as responsabilidades, perda de tempo livre para si e para as atividades sociais.

1.2 Decisão baseada na consensualidade

Nos pronunciamentos dos entrevistados quanto à tomada de decisão por não ter filhos verificou-se que fizeram questão de ressaltar que a decisão foi uma escolha consensual, mesmo que isso não tenha excluído, em algum momento, dúvidas ou desejo de experiência diversa da acordada por uma das partes. A cumplicidade no processo decisório foi apontada como fator presente na discussão sobre não ter filhos e a consensualidade revela.

(Casal 2) – ELA: “Quando ficamos noivos a gente conversou sobre filho e decidimos, juntos, não ter”. ELE: “Nós dois decidimos, juntos, antes de casar e não mudamos de opinião até agora e acho que não vamos mudar, não”.

(Casal 4) – ELA: “Esta decisão partiu do meu esposo durante o período de namoro. Ele sempre falava que não se via como pai e que nós dois seríamos mais úteis servindo aos outros. Eu acabei entrando na onda e somos um casal realizado e completo”. ELE: “Eu adoro crianças muito mesmo, mas não teria muito tempo para ser um bom pai”.

(Casal 5) - ELA: “Nós dois pensamos igual sobre esse assunto e a gente acha que é um assunto muito delicado, envolve muita responsabilidade, tem que ser analisado e decidido em conjunto e como agora tem várias formas de prevenir uma gravidez dá prá gente escolher não ter ou se preparar melhor para receber um filho com mais maturidade e condições”. ELE: “Eu acho que a Elisa[sic] tem uma pontinha de vontade de ser mãe às vezes, mas a gente já conversou sobre isso algumas vezes e sempre concluímos que é melhor continuar assim então acho que é consensual sim”.

Conforme observado, a despeito de ser uma escolha na qual ambos os componentes do casal concordaram, foi possível observar ambiguidades nas falas de uma das partes. Segundo Chapman (2010, p.15) a união com outra pessoa requer ajustes constantes até que consigam elaborar um consenso de ideias e regras e começar a construir a sua identidade conjugal elaborando um futuro em comum, sem deixar de lado a sua individualidade. Neste sentido, Carminatti (2009) reforça a ideia, afirmando que um desafio no processo decisório é a análise das alternativas e seus desdobramentos e que isso pode resultar na incerteza e, relacionado à maternidade/paternidade, envolve mudanças muito grandes no futuro.

Chama a atenção o fato de que, embora a decisão seja apresentada pelos cônjuges como consensual, evidenciou-se a voz da mulher iniciando a decisão.

(Casal 1) – ELA: “Eu nunca desejei ter filhos. Essa decisão veio comigo desde criança. Meu marido, no começo, queria ter, mas depois acabou vendo que era melhor a gente ficar sem, mesmo”. ELE: “No início nós dois não queríamos, mas com o passar dos anos eu senti falta de uma criancinha correndo para lá e para cá e a Amanda [sic] se manteve muito firme na decisão. Agora nós dois não queremos e estamos felizes assim”.

(Casal 3) – ELA: “A escolha foi minha, já falei pro Celso [sic] que daqui não sai nada (aponta o ventre) porque quem toma o anticoncepcional sou eu, não é mesmo? (risos) Mas ele concorda comigo e não temos problemas por causa disso”. ELE: “A Catarina [sic] é muito decidida e desde sempre ela me fala que não quer porque não quer ter filho e eu aceitei essa condição e até agora não tive vontade de ter filho mesmo não. Eu gosto muito de criança, mas respeito a vontade da minha mulher e estamos bem felizes assim”.

(Casal5) - ELA: “Eu acho que seria uma boa mãe, mas eu teria que parar de trabalhar para cuidar, mas como ficam as contas? Não dá para depender só do marido. Gosto de ter meu dinheirinho.”

Verifica-se que a ausência do desejo de ser mãe não foi ocultada, mas, também ficou evidente o temor pelo comprometimento ou interrupção da carreira, projetos futuros, em função da responsabilidade de cuidar de um filho. A amostra registrada na pesquisa vai ao encontro de pesquisas nas quais é apontado que executivas brasileiras - situação não exclusiva a essa categoria profissional - acreditam que a maternidade dificulta a vida profissional, pois causa um desequilíbrio entre a esfera pública (trabalho) e a privada (lar). Essa desproporção tem sido a principal causa de sofrimento e angústia para mulheres inseridas no mercado de trabalho (Lima, Neto, Lema, Tanute & Versiani, 2013).

Outro fator a ser considerado é de que a criação de filhos e cuidados domésticos não possui *status* na sociedade atual, que valoriza conquistas financeiras e títulos pessoais (Matos & Magalhães, 2014). Patias e Buais (2012) assinalam que um filho é sinônimo de renúncia e sacrifício e não garante uma família feliz. Pelo contrário, já que o nascimento de um filho geralmente é acompanhado, ainda que temporariamente, pela diminuição da autoestima em algumas mulheres, pela diminuição geral da satisfação conjugal, tornando-se um momento em que a união do casal geralmente é testada em sua solidez e cumplicidade (Groisman, 2013).

1.3 Reação e convivência familiar após a tomada de decisão

Araújo e Nascimento (2004) assinalam que a família é uma instituição social onde o indivíduo inicia suas relações afetivas, cria vínculos e internaliza valores. Logo, o apoio e aceitação familiar são

importantes para uma saúde mental adequada. Aos casais entrevistados foi perguntado se contaram com apoio de amigos e membros da família na escolha por não terem filhos.

Uma das formas de enfrentamento familiar vivenciada pelos casais estudados é a negação de que esta seja uma decisão definitiva. Nas falas de alguns entrevistados aparece que a anuência da família existe. Contudo, é preciso ressaltar que, tanto os amigos, mas, especialmente os pais, demonstraram alimentar expectativas, durante muito tempo, de que o casal seja dissuadido da ideia. Relatam: (Casal 2) - ELE: *“Minha parte da família acha que a gente vai mudar de ideia”*. (Casal 3) – ELE: *“O pessoal diz que a gente ainda vai amadurecer e mudar de ideia”*; ELA: *“Todo mundo fala que a gente vai mudar de ideia que é só uma fase”*.

A credibilidade dada às escolhas feitas e a liberdade para tomar decisões são fatores, segundo Rios e Gomes (2009), essenciais para a construção da autoconfiança dos casais que optaram por não ter filhos.

Alguns relataram que ao receberem a notícia de que não terão netos, muitas famílias foram impactadas e alguns conflitos estabelecidos:

(Casal 1)– ELA: *“por muito tempo fui cobrada por não querer dar continuidade ao nome da família e isso foi motivo de muitas brigas”*. ELE: *“No começo, tanto a minha família como a da minha esposa não entenderam o porquê da gente não querer ‘aumentar a família’ e ‘criar um fruto do nosso amor’, mas agora está tudo em paz”*.

(Casal 2)–ELA: *“acho que nenhum pai espera ouvir do filho que não vai ganhar netos...”*.

(Casal 4)–ELA: *“A cobrança por netos foi bem grande, principalmente pela parte dos meus sogros porque meu cunhado nem é casado. Logo, a possível fonte de crianças na família somos eu e meu esposo e a gente veio e destruiu o sonho deles. Não foi nada fácil”*. ELE: *“Meus pais não foram muito legais não, principalmente minha mãe que ficava falando ‘imagina se eu tivesse decidido não ter filhos? Você não estaria aqui”*.

De acordo com Kipper e Lopes (2006) antes de se tornarem avós os indivíduos que já possuem filhos casados criam muita expectativa sobre este momento, pois este cargo é uma fonte reconhecida de valorização por uma vasta gama social e, além disso, mediante o advento da aposentadoria os netos se tornam a maior fonte de satisfação do idoso.

1.4 Preconceito vivenciado em decorrência da opção

O preconceito, a não aceitação de que possa haver uma escolha pela não maternidade/paternidade ainda é um fator presente no cotidiano de casais que se sentem pressionados e excluídos pela sociedade e isto ficou evidenciado nos depoimentos. A pesquisa também buscou captar se vivenciavam ou percebiam tais atitudes preconceituosas por parte da família, amigos e/ou conhecidos e a forma como costumam lidar com a situação.

Entre os homens, as respostas foram:

ELES - (Casal 1): “Eu não senti preconceito não, já a minha esposa sim”.

(Casal 2): “Vixi, bastante preconceito viu!? Parece que o povo tenta fazer chantagem emocional pros[sic] outros encherem o mundo igual eles falando que a gente vai se arrepender quando ficar mais velho que quando um morrer o outro vai ficar sem ninguém”.

(Casal 3): “Acho que só por ninguém acreditar na nossa vontade já é um preconceito porque parece que ninguém pode ter uma ideia ou vontade diferente da maioria”.

(Casal 4): “Não, não sofri preconceito não” .

(Casal 5): “Não me recordo de ter sofrido preconceito por isso não”.

Note-se que, entre os do sexo masculino, apenas um afirmou, com convicção, não receber tratamento discriminatório. Outro, respondeu não recordar e, o terceiro, sublinhou não se sentir alvo de preconceitos ou discriminações, de forma pessoal, mas reconheceu que a companheira, sim. Por sua vez, entre as mulheres, todas responderam afirmativamente terem sido vítimas de reações preconceituosas, ao recusarem a maternidade. Suas respostas:

ELAS - (Casal 1) “No meu trabalho sou vista como “a mulher que tem ódio de crianças”, mas na verdade não é isso. Eu gosto de criança”.

(Casal 2) “Eles excluem a gente de programas e falam que não gostamos dos filhos deles. Fui chamada de egoísta pela minha irmã e minhas clientes sempre perguntam por que não tenho filhos e depois que falo que não quero elas me olham com uma cara de desprezo e falam ‘nossa!’”

(Casal 3): “Sim, pessoas da nossa família e do nosso ciclo de amizade dizem que eu sou louca, porque toda mulher sonha em ter filhos. Dizem que somos egoístas porque pensamos em fazer coisas que achamos legais para o nosso bem-estar, ao invés de querer cuidar de filhos”.

(Casal 4): “Bom, a gente consegue sentir que o assunto é evitado ao máximo nas reuniões de família, mas o respeito existe. As pessoas geralmente fazem comentário como se eu não pudesse ter filhos tipo ‘tenha fé, um dia você vai receber esta benção de ser mãe’, daí eu dou aquele sorriso amarelo e prefiro nem comentar porque acredito que não seja por maldade”.

(Casal 5) “Além de falarem que mulher só é feliz quando é mãe já fui obrigada a ouvir que se todos pensassem como eu a humanidade estaria em extinção tem também aqueles que falam que vou acabar velha, doente e sozinha sem ninguém pra cuidar de mim, não quero ser mãe, mas ter filho pra receber cuidado na velhice é burrice! Se quer ter, tenha por amor e não por egoísmo. Mas as pessoas que são realmente importantes tratam a gente como pessoas ‘normais’ (risos)”.

Indivíduos que optaram por não ter filhos, geralmente, lidam com estereótipos e pressões sociais para alterar ou justificar sua situação, uma vez que, por ser diferente do socialmente esperado a escolha é interpretada, muitas vezes, como “anormalidade”, egoísmo, falta de dever cívico pela não reposição da população, entre outros conceitos (Rios & Gomes, 2009). O preconceito se manifesta de

diferentes formas: pela negação- evitando-se o assunto ou buscando-se convencer ao casal de que aquela realidade será alterada - ou pela condenação velada ou direta da escolha feita.

Mediante os autores dos relatos foi possível observar que todos os que não foram passíveis de atitudes preconceituosas são do sexo masculino. Não se ignora que a estigmatização e o enfrentamento de reações preconceituosas fazem parte da experiência do casal. Entretanto, observa-se, de forma muito clara que as pressões incidem, de forma mais veemente, sobre as mulheres que, na contramão das tradições, passaram a ver a maternidade não mais como um “destino”, mas, uma escolha. Neste caso, também, uma recusa.

A ocorrência de estigmatizações e preconceitos sobre elas pode estar relacionada à maior cobrança pela parte da mulher que, segundo Daniluk (1999) desde as mais longínquas épocas a “natureza feminina” tornou a maternidade intrinsecamente vinculada à sua identidade e tal filosofia permanece arraigada, na sociedade atual. Historicamente, existiu – e em muitos meios, permanece - um discurso maternalista que idealizou a maternidade, instrumentalizou e relacionou as mulheres ao papel social específico e “natural” de mães.

O mito do “instinto materno” (Badinter, 1985), que age como uma aura da sublimação em torno da maternidade contribuiu, fortemente, para dificultar a compreensão de que a experiência possa ser recusada por parte de algumas mulheres.

Defrontar-se com casais que assumem não desejar filhos ainda não parece ser algo comum, o que exige dos casais muita personalidade e disposição para enfrentar todas as implicações advindas da escolha. Quando a perspectiva é assumida pela mulher, torna-se ainda mais difícil, por parte de alguns segmentos, assimilar a ideia sem que isso traga, junto, a emissão de juízos negativos acerca da pessoa. Por parte de muitos, não se concebe a possibilidade de alguém “bom”- especialmente uma mulher – possa recusar a experiência da maternidade. Além da exclusão social, olhares de desprezos ou descrença. Os adjetivos presentes nos depoimentos oferecem uma dimensão dos prejuízos sociais enfrentados, especialmente, por elas: “anormal”, “louca”, “má”, entre outros.

Considerações finais

Renunciar, voluntariamente, à experiência de ser pai ou mãe não deve ser vista como uma decisão socialmente fácil. No caso das mulheres, a direta relação sexualidade-procriação e feminilidade-maternidade ainda se mantém estreita, em parte de setores significativos da sociedade.

Aspectos culturais, especialmente aqueles relacionados às mentalidades e, numa perspectiva existencial e metafísica, através de expectativas de possibilidades de “continuidade” do ser dificultam, por vezes, que decisões individuais e/ou de um casal sejam acatadas por aqueles que compartilham das relações familiares e de amizades.

Como apresentado, os índices demográficos, experiências e depoimentos como os representados pela pesquisa apontam que antigas realidades vêm apresentando transformações, tanto nas práticas quanto nas representações. Nos depoimentos, os casais entrevistados demonstram enfrentar, de maneira bastante racional que é uma escolha, ainda que não

compreendida por terceiros, que diz respeito ao casal e que deve ser acatada e respeitada pelos demais.

Possibilidades de um emprego com melhor recompensa financeira, um título acadêmico, o medo de não conseguir dar os suportes financeiro e emocional necessários, especialmente inseridos em uma grande metrópole, e o desejo de liberdade são fatores que, combinados, acabaram por conduzir à escolha consensual da vida sem filhos.

Algum nível de conflitos, negação de que esta seja uma escolha definitiva e diversas formas de preconceito revelam que a convivência com formatos de famílias não convencionais ainda envolve estigmatização e estes núcleos familiares são afetados diretamente pela pressão social vigente, sendo as mulheres as mais cobradas.

Ressalta-se a importância de uma empatia social por parte dos profissionais de saúde para a convivência, compreensão e aceitação com as novas e complexas formas de configurações de famílias contemporâneas. Sugere-se o aprofundamento deste tema envolvendo o homem como agente ativo neste processo de escolha, assim como discussões - também, relacionadas a gênero - em torno da tríade socialmente e historicamente construída: mulher-feminilidade-maternidade.

Referências

- Abramo, L. & Paiva, A. A. (1998). *Gênero e trabalho na Sociologia latino-americana*. São Paulo: ALAST.
- Andrade, L., Martins, M. M., Ângelo, M., Santos, A. T. & Martini, J. G. (2014). Identificação dos efeitos dos filhos nas relações familiares. *Acta Paulista de Enfermagem*, 27(4), 385-391.
- Araújo, J. S. & Nascimento, A. A. (2004). Atuação da família frente ao processo saúde-doença de um familiar com câncer de mama. *Revista Brasileira de Enfermagem*, 57(3), 274-278.
- Badinter, E. (1985). *Um amor conquistado: O mito do amor materno*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira.
- Barbour, R. (2009). Grupos focais: Coleção pesquisa qualitativa. Porto Alegre: ARTMED.
- Bardin, L. (2010). *Análise de conteúdo*. Lisboa, Portugal: Edições 70.
- Beauvoir, S. (1949). *O segundo sexo*. 2ª edição/2009, 2 vols. (trad. Sergio Milliet). Rio de Janeiro: Nova Fronteira.
- BRASIL. *Lei 10.406, de 10 de janeiro de 2002. Novo Código Civil Brasileiro*. Legislação Federal. Retirado em 17/03/2016 do sítio Portal do Palácio do Planalto: <http://www2.planalto.gov.br/>
- Borges, C. C. (2013). Mudanças nas trajetórias de vida e identidades de mulheres na Contemporaneidade. *Psicologia Estudos*, 18(1), 71-81.
- Carminatti, D. (2009). Casamento: A construção de uma nova família. Retirado em 07/07/2016 do sítio Danielle Carminatti: <http://www.daniellecarminatti.psc.br/>
- CFM, Conselho Federal de Medicina (2011). Resolução nº 1.957/2010. Publicada no D.O.U. de 06 de janeiro de 2011, Seção I, p.79. Retirado em 29/04/2016 do sítio Portal CFM: <http://portal.cfm.org.br/>

- Chapman, G. (2010) *Amor & lucro: Como organizar as finanças no casamento*. São Paulo: Mundo Cristão.
- Daniluk, J. C. (1999). When the biology isn't destiny: Implications for the sexuality of women without children. *Canadian Journal of Counseling*, 33(1) 79-94.
- Dewes, J. O. (2013). *Amostragem em bola de neve e respondente-Driven Sampling: uma descrição dos métodos*. Dissertação de bacharel não publicada. Bacharel em Estatística. Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, Brasil.
- Firestone, S. (1976). *A dialética do sexo*. Rio de Janeiro: Labor.
- Fleig, J. (2009). *"Mães desdobráveis"*. *Experiências e memórias da maternidade na segunda metade do século XX*. Dissertação de bacharel não publicada. Bacharel em História. Universidade Federal do Paraná, Curitiba, Brasil.
- Groisman, M. (2013). *A arte de perdoar - Terapia sistêmica breve no casamento e na infidelidade*. Rio de Janeiro: Núcleo Pesquisas.
- IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (2015). *Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios*. Rio de Janeiro: Estudos & Pesquisas.
- Kipper, C. D. R. & Lopes, R. S. (2006). O tornar-se avó no processo de individualização. *Psicologia: Teoria e Pesquisa*, 22(1), 29-34.
- Lewandowski, D. C. & Picciani, C. A. (2006). Expectativas e sentimentos em relação à paternidade entre adolescentes adultos. *Psicologia: Teoria e pesquisa*, 22(1), 17-28.
- Lima, G. S., Neto, A.C., Lema, M. S., Tanute, B. & Versiani, F. (2013). O teto de vidro das executivas brasileiras. *Pretexto*, 14(4), 65–80.
- Maluf, M. (1995). *Ruídos da memória: A presença da mulher fazendeira na expansão da cafeicultura*. São Paulo: Siciliano.
- Matos, M. G., & Magalhães, A. S. (2014). Tornar-se pais: Sobre a expectativa de jovens adultos. *Pensando Famílias*, 18(1), 78-91.
- Mira, M. C. (2014). Brasil: da identidade à marca. *Ciências sociais UNISINOS*, 54(1), 3-13.
- Patias, N. D. & Buais, C. S. (2012). "Tem que ser uma escolha da mulher"! Representações de maternidade em mulheres não-mães por opção. *Psicologia & Sociedade*, 24(2), 300-306.
- PED, Pesquisa de Emprego e Desemprego. (2013). O trabalho das mulheres na região metropolitana de São Paulo em 2013: Mudanças e permanências. Retirado em 30/04/2016 do sítio do Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos: <http://www.dieese.org.br/>
- Rios, M. G. & Gomes, I. C. (2009). Estigmatização e conjugalidade em casais sem filhos por opção. *Psicologia em Estudo*, 14(2), 311-319.
- Rocha-Coutinho, M. L. (2009). *Psicologia do conhecimento: O diálogo entre as ciências e a cidadania*. Brasília: UNESCO/Instituto de Psicologia da Universidade de Brasília/Líber.
- Roudinesco, E. (2003). *A família em desordem*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editores.
- Santos, I. C. L. (2015). Mulher solteira procura: Um estudo em torno da solteirice na representação social feminina. *Polêmica*, 14(1).

- Scavone, L. (2001). Maternidade: Transformações na família e nas relações de gênero. *Interface, Comunicação, Saúde e Educação*, 8(5), 47-60.
- Secco, L. M. & Lucas, M. G. (2015). A vida amorosa de mulheres financeiramente independentes. *Pensando Famílias*, 19(1), 61-76.
- Silva, I. M. da & Frizo, G. B. (2014). Ter ou não ter? Uma revisão da literatura sobre casais sem filhos por opção. *Pensando família*. 18(2). Retirado em 02/08/2016 da BVS (Biblioteca Virtual em Saúde): <http://bvsalud.org/>
- Tardin, E. B., Barbosa, M. T. & Leal, P. C. A. (2015). Mulher, trabalho e a conquista do espaço público: Reflexões sobre a evolução feminina no Brasil. *Revista Transformar*, 7ª edição, 119-135.
- Turato, E. R. (2005). Métodos qualitativos e quantitativos na área da saúde: Definição, diferenças e seus objetos de pesquisa. *Revista de Saúde Pública*, 39(3), 507-514.

Endereço para correspondência

carolinacaetano93@hotmail.com

Enviado em 01/07/2016

1ª revisão em 11/07/2016

Aceito em 13/07/2016